

Comunicação e cidadania: o caso exemplar de *O Emancipador*, de Moçambique

Antonio Hohlfeldt¹

RESUMO

O artigo aborda, sob o ponto de vista da contribuição à formação da cidadania de Moçambique, a história do jornal socialista e operário *O Emancipador* (1919-1937), de Lourenço Marques, cuja trajetória diferenciada pode ser considerada como um *exemplo exemplar*.

Palavras-chave: Teoria do jornalismo; história do jornalismo; cidadania; jornalismo de Moçambique; *O Emancipador*.

RESUMEN

El artículo aborda la contribución a la formación de la ciudadanía de Mozambique del periódico socialista y obrero *O Emancipador* (1919-1937), de Lourenço Marques, cuya historia diferenciada puede ser considerada como un *ejemplo ejemplar*.

Palabras-clave: Teoría del periodismo; historia del periodismo; ciudadanía; periodismo de Mozambique; *O Emancipador*.

ABSTRACT

The text discusses to the history of the the socialist and labor newspaper *O Emancipador* (1919-1937), of Lourenço Marques, from the point oview of its contribution to the formation of citizenship in Mozambique. The paper's unusual history can be considered an *exemplary example*.

Keywords: Journalism theory; journalism history; citizenship; journalism in Mozambique; *O Emancipador*.

1 Doutor em Letras, professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCOM-PUC-RS). Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).

Introdução

O primeiro português chegou ao atual território de Moçambique em 1490, seguindo a rota aberta por Vasco da Gama. Em 1502, foi instalada, na ilha de Moçambique, uma feitoria lusitana, e em 1505 erguida, em Sofala, uma fortaleza. Em 1561, os missionários portugueses promoveram algumas conversões, mas sofreram forte reação dos muçulmanos e isso fez com que uma expedição militar portuguesa fosse enviada à região, em 1569. Pouco antes, em 1544, Lourenço Marques havia fundado uma cidade que, mais tarde, levaria seu nome, bem ao sul do atual território moçambicano. A partir de 1752, Portugal institucionaliza a capitania geral de Moçambique, que é separada do governo da Índia em 1763, recebendo estatuto de colônia (Costa s/d). A colônia moçambicana perdeu boa parte do território antes dominado por Portugal por resolução da Conferência de Berlim, em 1884, e do Ultimato britânico a Portugal, em 1891, movimentos liderados por Cecil Rhodes, em nome da rainha Vitória.

Internamente, o território de Moçambique, a exemplo de outras colônias portuguesas, após os primeiros contatos, foi logo entregue a companhias privadas de colonização, as chamadas *companhias majestáticas*, a última das quais, na região do Niassa, devolveu os territórios que administrava e explorava apenas em 1942. Essa política e mais a profunda diversidade étnica da região,² somadas à constância do tráfico de negros para o exterior e à existência da escravidão na própria colônia, combinam-se com “o atraso econômico de Portugal, no século XIX”,³ que o impede de desenvolver uma adequada política de colonização. Assim, os moçambicanos tornam-se um *transfronteiriço*, “pois acabam não sabendo a que realidades efetivamente pertencem”.⁴ Assim, a questão que se propõe é sobre que tipo de cidadania foi-se aí construindo. Uma pesqui-

2 Disponível em: <http://groups.msn.com/xiconhoca.general.msnw?action-get_message&mview=0&ID_Message=14273&LastModified=4675657315198503179>. Acesso em: 13/9/2008.

3 Idem: ibidem. “Resumo histórico de Moçambique: da história pré-colonial aos dias de hoje”. Disponível em: <Xiconhoca@groups.msn.com>. Acesso em: 12/9/2008.

4 FAITE, Olívia Maria. “Moçambique: As metamorfoses da cidadania ou em busca de uma cidadania?”. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/dezoito/olivia_faite.18.htm> Acesso em: 12/9/2008.

sadora, partindo do triplo conceito de T. H. Marshall (1967), acrescenta-lhe a perspectiva de Lourenço do Rosário (1996), segundo a qual uma dimensão psicológica de cidadania “permite [ao indivíduo] considerar-se membro da sua cidade, saber quem é e o que deve fazer e, ainda, que lugar ocupa”.

“Exemplo exemplar”

Por que escolher um espaço e uma realidade aparentemente tão distantes da experiência do Brasil para pensar a questão proposta sobre as relações entre comunicação e cidadania? Porque, antes de mais nada, estudar uma realidade com um *olhar de fora* certamente nos permite apreendê-la com uma perspectiva mais crítica, ainda que devamos sempre ter o cuidado de aproximá-la corretamente do contexto em que se desenvolve. Em segundo lugar, porque, ao estudar essa realidade, não apenas podemos aproximar a teoria do estudo de caso, como também isolá-lo e, com isso, melhor visualizá-lo. Por fim, porque, não tenho dúvida, o caso que se escolheu é paradigmático, ou um *exemplo exemplar*, para se usar uma expressão de Ilídio Rocha (2000), referindo-se ao jornal *O Emancipador*, editado entre 1919 e 1937.

O século XIX está marcado, na história de Moçambique, pela efetiva ocupação de seu território. Seguiu-se à colonização propriamente dita e à integração da população autóctone com aquela que migrava desde a Europa para o continente africano. A discussão em torno da civilização e da cidadania ganhou destaque no espaço público. No caso de Portugal, segundo a legislação então vigente, e que não deixou de provocar fortes contestações,⁵ “ser cidadão significava ser assimilado, isto é, saber falar português, saber sentar-se à mesa, ter o IV nível de escolaridade etc.”⁶. Isso significou que a quase maioria absoluta da população nativa ficou à margem da cidadania, desde os primeiros momentos dessa colonização.

5 O caso mais evidente foi o combate frontal que o jornal *O Brado Africano* desenvolveu contra tal legislação, tendo à frente o jornalista (negro) João Albasini, seu diretor.

6 FAITE, Olívia Maria. “Moçambique: as metamorfoses da cidadania ou em busca de uma cidadania?”. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/dezoito/olivia_faite.18.htm>. Acesso em: 12/9/2008.

À diversidade étnica correspondia a diversidade lingüística; a *civilização* branca e europeia não combinava com as práticas tribais dos nativos, designados em geral como *indígenas* ou *nativos*; quanto à alfabetização, era absolutamente ínfima, porque a administração portuguesa jamais desenvolveu um projeto efetivo para concretizá-la.⁷

A miscigenação foi um elemento importante de constituição da cidadania. Da miscigenação surgiu uma classe intermediária entre os *indígenas* e os colonizadores brancos europeus, formada por *mestiços*, que gradualmente chegaram aos bancos escolares; experimentaram a atividade comercial; atingiram, alguns deles, enfim, um razoável domínio do idioma e uma conscientização sobre os desafios que se colocavam à sua frente e por eles lutaram, caso do já citado João Albasini, que iniciou sua carreira de jornalista em *O Africano* e posteriormente fundou *O Brado Africano*, preocupando-se especialmente com o interesse dos mestiços, mas não se esquecendo de defender os *naturais*.

Assim, pode parecer contraditório pensar que a imprensa possa ter ajudado na formação da cidadania dos indivíduos que viviam num território que se constituía em uma colônia portuguesa, quase totalmente analfabeta. Mas apesar de todas as dificuldades, isso ocorreu. E o exemplo escolhido, de *O Emancipador*, é bem significativo, porque se trata de um jornal que, ao lançar sua primeira edição, a 12 de dezembro de 1919, define-se como “Semanaário socialista”, transformando-se, mais tarde, por decisão de seus acionistas, em “órgão das classes operárias”, sendo assim reconhecido inclusive pelas autoridades coloniais (Figueiredo 1934). Há muitos aspectos para se valorizar na história da imprensa de Moçambique quanto à constituição da cidadania local e regional. E, muito especialmente, no caso dessa publicação.

Se considerarmos a cidadania como *noção em movimento* (Peruzzo 2003: 100), por meio de um constante processo de incorporação de novos direitos e deveres, podemos afirmar que a chegada do primeiro prelo

7 Quem consultar as coleções de jornais de Moçambique, da primeira metade do século XX, verá quanto o tema da escolarização chamava a atenção dos jornalistas de então, até por interesse próprio: senão como imaginar a possibilidade de os jornais angariarem maior número de assinantes?

de alguns dos editores das publicações que se fizeram desde o passado mais remoto até o período mais recente.

João Pissarra Esteves (2003: 27 e ss.) lembra que foi Gabriel Tarde, justamente ao alvorecer do século XX, quem valorizou a possibilidade da *conversa*ção como conseqüência da crescente circulação dos jornais. O conjunto de informações que os nascentes jornais faziam circular entre os indivíduos permitia-lhes a conversação – isto é, a troca de idéias, a comunicação – formando-se assim, gradualmente, os públicos que passaram a se organizar como grupos de opinião, apoiando ou pressionando os governos em relação às decisões que tomavam e às ações que praticavam.

Como assinala Tarde, essa nova forma de relação social só foi possível a partir de uma profunda mudança tecnológica registrada ao nível das formas de processamento dos fluxos de comunicação na sociedade, destacando-se o papel crucial da imprensa num primeiro momento [...]: graças a uma troca de informações muito mais sistemática e fluida, as redes de sociabilidade dos públicos irradiaram no tecido social, incorporando grupos sociais cada vez mais diversificados e ultrapassando rapidamente as suas iniciais barreiras físicas (os grandes centros urbanos) (idem: 27-28),

já que “a força que os públicos retiram da comunicação (que eles próprios estimulam internamente) projeta-os com um poder de influência que acaba por irradiar muito para além dos seus próprios limites”(idem: 29).

História da imprensa moçambicana

Para que melhor se entenda essa proposição e a posterior análise do jornal *O Emancipador*, retomam-se alguns dados da história da imprensa moçambicana. A cidadania, segundo Manzini-Covre (2001: 10), é a prática da reivindicação, a que se pode acrescentar: “a comunicação é uma das possibilidades para o exercício desse direito e dever (Lahni & Musse 2007: 124).

Pelo decreto de 7 de dezembro de 1836, firmado por Sá da Bandeira em nome da rainha Dona Maria II, determinava-se que todas as colônias portuguesas deveriam criar uma publicação oficial que registrasse e divulgasse as atividades dos governantes coloniais. Moçambique foi o

último território a concretizar tal ditame: Cabo Verde criou seu Boletim Oficial em 1842; Angola, em 1845; Goa, que experimentara a imprensa ainda em 1556, graças aos jesuítas, não esperara o documento e retomara suas publicações a partir de 1821, do mesmo modo que Macau, que já vivera a experiência em 1588, retomara-a em 1838. Moçambique foi a última colônia portuguesa a cumprir o decreto:

A imprensa é um dos melhores inventos do espírito humano. Ella tem prestado os mais importantes serviços ao Comércio, á industria, aos interesses, e á civilização d'uma grande parte dos povos do universo.

Convencido de sua utilidade, O Governo de Sua Magestade Ordenou que se instituísse n'esta Capital uma Typographia. O Governo actual se lisongea de ser o seu instituidor.

Vai pois publicar-se regularmente uma vez por semana o Boletim official do Governo da Província de Moçambique.

13 de maio de 1854 – Vasco Guedes de Carvalho e Menezes – Governador Geral (Dias 1957: 45).

Semanal, com quatro páginas, vai cumprir à risca todas as funções que lhe foram confiadas. E, sobretudo, abrirá as portas para as publicações independentes, com que conviverá, nos primeiros tempos, não apenas porque o *Boletim* foi publicado até pouco antes da independência da colônia, como porque os próprios jornais ditos independentes eram igualmente impressos na mesma gráfica da Imprensa Nacional.

Não se tem muitas informações a respeito de dois jornais pioneiros que se teriam então editado: *O Baluarte*, de 1860, de que se tem apenas referências; e *Clamor Militar*, de 1865/1867, do qual, enfim, o pesquisador Almeida de Eça “dá em definitivo como publicado no Porto e não em Moçambique” (Dias 1957: 27).

Com o primeiro jornal de que se tem efetivamente um exemplar, nasceu igualmente a censura à imprensa. Trata-se de *O Progresso*, de 9 de abril de 1868, “hebdomadário religioso, instrutivo, comercial e agrícola”.⁸ Teve uma única edição. O mesmo governador, tenente-coronel António

⁸ Disponível em: <<http://www.macua.org/livros/DAINTRODUCAODATIPOGRAFIA.htm>>. Acesso em: 13/9/2008. O artigo, embora não assinado, é um capítulo do mencionado livro de Idílio Rocha.

Augusto de Almeida Portugal Correia de Lacerda, que permitiu e apoiou que ele fosse rodado na Imprensa Oficial, sob a alegação de ser ele mesmo jornalista e defender a liberdade de idéias, ante as pressões recebidas, emitiu decreto definindo a censura prévia. O jornal era dirigido por Miguel Augusto dos Santos Severino, professor da Escola Principal e advogado de provisão. Como redatores, apareciam no cabeçalho da publicação o mesmo Miguel Augusto e Manuel Dias da Silva, que escreviam:

É a liberdade de imprensa, seu instrumento e órgão, a mais preciosa e importante das liberdades. Conselheira dos povos, obreira da civilização, moralizando e discutindo com cordura e dignidade, audaz e inflexível diante das obstinações do vício, grave e circunspecta na apreciação dos negócios da república, notabilizando os homens devotados ao engrandecimento moral e material da pátria, eis os robustos esteios que devem amparar o prestígio da sua independência (Dias 1957: 45).

De nada isso lhe valeu. O jornal, obrigado a apresentar os textos previamente à sua impressão, desapareceu diante da força do Decreto 32, do dia 3 de abril do mesmo ano de 1868. Seguiram-se outros jornais a esse primeiro: “eram tipógrafos os responsáveis ao nível da direcção e da redacção por um grande número de jornais”, explica Dias (idem: *ibidem*). Mas foram sempre jornais mais ou menos aproximados do poder. A primeira publicação discordante surgirá na província de Quelimane. Trata-se de *O Africano*, lançado a 1^o de julho de 1877 e que circulará pelo menos até 13 de março de 1881, portanto, ao longo de quatro anos.

O Emancipador

Muitos anos depois, em Lourenço Marques, surgiria outro jornal contestador: *O Emancipador*, impresso na gráfica *Germinal*, que editara, por seu lado, um jornal também chamado *O Germinal*, entre 6 de outubro de 1914 e 11 de junho de 1918, justamente o período coincidente com a Primeira Guerra Mundial. Era um “jornal operário”, editado por Manuel José de Sousa Amorim, administrado por Adriano Morais de Castro

e tendo como redatores o próprio Manuel José, Pedro de Melo, Eduardo Carlos Pereira e Manuel Arnaldo da Silva.

Fechado ou suspenso esse jornal, é criado *O Emancipador*, a 6 de dezembro de 1919, publicado até 19 de julho de 1937, data em que foi suspenso (Dias 1957; Rocha 1954). Ele teve uma primeira fase de desenvolvimento até 1924, experimentando uma passagem tumultuada de um mês (entre 12 de janeiro e 9 de fevereiro), período em que esteve suspenso em razão de seu editor, que acumulava um cargo público e a função na publicação, ter sido obrigado a decidir-se por uma delas. Reabilitado em 1925, prosseguiu um ano mais, quando voltou a enfrentar problemas: foi acusado de ter liderado e apoiado uma greve de ferroviários que terminou em alguma violência de ambos os lados. O jornal passou alguns meses suspenso (entre 26 de junho e 4 de outubro), sendo publicado com uma constante série de títulos diferenciados, encerrando essa segunda fase depois de experimentar 32 diferentes títulos. Na segunda metade do ano, retornou, com um novo diretor, e continuou a circular até 1937, quando, suspenso, terminou sua terceira fase e também sua existência: o Decreto nº 26.589, de 14 de maio de 1936, determinava a censura prévia aos jornais. Logo depois, o Decreto nº 27.495, de 27 de janeiro de 1937, coletava e unificava toda a legislação vigente. O ministro das Colônias, João Belo, com tal conjunto de leis, ironicamente, um século depois de a imprensa ser instituída no território, liquidava-a por um longo período, pois todos os jornais não apenas necessitavam de um diretor que ostentasse título universitário (mesmo que não diretamente vinculado à área jornalística), quanto precisavam promover o depósito prévio de uma regular quantia exigida pelas autoridades. *O Emancipador* enfrentara e resolvera o problema do diretor habilitado, mas certamente, por ser um jornal de trabalhadores, não tinha como dispor da quantia requerida pela lei vigente.

Tablóide, impresso em papel-jornal, era um semanário. Ao longo de sua relativamente longa vida, chegou a ter apenas duas páginas, quando enfrentou algumas crises. Nos últimos anos de existência, já firmado e reconhecido, alternava 10 e 8 páginas, sendo seu diferencial o fato de raramente ter recebido publicidade de empresas, graças às posições políticas e sociais por ele defendidas.

O *Emancipador* foi lançado como um “semanário socialista”. Propriedade da empresa de *O Germinal*, perdurou nessa situação até 4 de setembro de 1933, quando foi adquirido pela Sociedade Cooperativa de Publicidade. Na verdade, foi um jornal que nasceu e viveu permanentemente sob o signo da luta de classes a que se ligava umbilicalmente o operariado de Moçambique, por meio de algumas organizações que ajudou a fundar: o Centro Socialista Revolucionário, cuja constituição anuncia em sua segunda edição (19 de dezembro de 1919) e cujas atividades cobre constantemente, até o momento em que, discordando das ações promovidas pela sua principal referência na metrópole, o Partido Socialista de Lisboa, resolve se tornar partidariamente independente, mas para melhor cumprir seus objetivos, segundo então explicou (edição 86, de 29 de agosto de 1921).

Desde sua primeira edição, assume uma posição clara ao lado dos trabalhadores e contra os capitalistas. Sob o título “Capitalismo insolente” relata que um empresário local, tendo recebido documento de reivindicação de seus trabalhadores, rasgou o papel, provocando imediata greve dos operários, apoiada pelo jornal, que até transcreveu o manifesto dos grevistas.

Denuncia os jornais locais, como *O Oriente*, de orientação católica e conservadora, e *A Província*, “órgão ultra-radical, o que prova que os extremos se tocam, se chocam... e se irmanam”, conforme avalia (edição 2), e defende desde logo o que chama de “A Rússia nova”, edição 4 (2 de janeiro de 1920), por meio de um folheto de Henriette Roland, que aborda as conquistas da nação que recém-promovera uma revolta de trabalhadores.

Ao longo de suas 873 edições, o jornal mantém invariavelmente sua linha de conduta, definindo com precisão seu foco editorial e o público a que se dirigia. Por isso mesmo, na edição 168, de 1º de maio de 1923, passa a se intitular “semanário operário”, por vontade dos 40 acionistas que acabavam de subscrever suas novas cotas: eram todos trabalhadores.

Sua existência de 18 anos é profundamente rica, variada e inventiva. Pode-se dizer que *O Emancipador* participou, quando não liderou, cobriu e pronunciou-se a respeito de todos os acontecimentos sociais mais importantes da cidade de Lourenço Marques; da região de Moçambique e de seus vizinhos, como a África do Sul; e do mundo, como as exe-

cuções de Sacco e Vanzetti, nos Estados Unidos. Teve diretores presos e exilados; foi duramente perseguido pela justiça local, por diferentes *querelas* ou processos a que era submetido, perdendo muitos deles e ganhando alguns poucos; enfrentou problemas financeiros como todos os seus similares, seja pela falta de pagamento das assinaturas, seja pelo aumento dos custos; mas ainda assim não apenas sobreviveu, como buscou ampliar e modernizar suas oficinas para dar ao leitor-trabalhador o melhor que pudesse.

Atividades militantes d'O Emancipador

Da leitura atenta que se fez desse jornal,⁹ ao longo de suas 873 edições, podem-se estabelecer algumas largas linhas de atividade e destaque da publicação.¹⁰ Assim, consideraram-se:

- a) *movimento operário*, subdividido em:
 1. local; 2. regional; 3. mundial;
- b) *atividades político-partidárias*:
 1. Centro Socialista Revolucionário;
 2. organização do próprio jornal;
 3. divulgação de artigos teóricos de doutrinação;
- c) *militância social*:
 1. denúncias;
 2. campanhas contra abusos;
 3. ações promocionais sociais;
 4. enfrentamento e denúncia da censura.

Escolheu-se o tema da militância política e partidária para se destacar aqui, porque parece ser um *diferenciador* desse jornal em relação a

9 Projeto de estágio pós-doutoral desenvolvido com uma bolsa de estudos da Capes, na Universidade Fernando Pessoa, no Porto, Portugal. A pesquisa foi realizada no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sob a orientação do Prof. Dr. Salvato Trigo. Contou-se com o apoio decidido da bibliotecária-chefe da Biblioteca da Universidade Fernando Pessoa, Dra. Carla Sousa, e da diretora técnica da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Dra. Marta Ruas, a quem se deve agradecer emocionadamente.

10 Chama-se a atenção para o fato de que esse conjunto de edições inclui aquelas em que a publicação adotou outros batismos, pois assim mesmo o jornal considerou a conta de sua longevidade: quando retornava ao título original, dava seqüência à numeração ordinal levando em conta tais publicações de "exemplar único".

seus contemporâneos. E porque, através dessa militância, na verdade, o jornal promovia, apoiava e tomava a iniciativa de desenvolver informação e espírito crítico nitidamente característico da condição de cidadania, a que se aspira hoje em dia, entre os seus leitores.

Depois do registro daquela primeira greve, logo na edição de lançamento, o que definia, na prática, ao lado de quem se colocava o jornal, a redação chefiada por António Fortunato Rego, que tinha Pedro Dias Selimane como seu editor, e A. Vieira como seu administrador, logo teria oportunidade de comprovar as dificuldades de seu programa: uma notícia “À última hora”, da edição 15, de 22 de março de 1920, anunciava que fora aprovado convênio de trabalho entre patrões e empregados da área dos gráficos e empresas de impressão, com exceção de duas empresas, as quais receberam um novo prazo para aderirem ou perderiam seu pessoal.

Como consequência do acordo, o jornal, já na edição seguinte, anuncia a necessidade de aumento de suas assinaturas (pagas pelos trabalhadores, diga-se de passagem). Duas semanas depois (o jornal era semanal, não se deve esquecer), a manchete documenta: “Gráficos cruzando os braços”, já que até mesmo algumas empresas que haviam assinado o acordo com os trabalhadores agora se negavam a lhes pagar o que deviam.

O acordo deve ter vencido, porque o tema sai de pauta do jornal. Na edição 22, de 10 de maio de 1920, António Fortunato Rêgo deixa a direção do jornal por motivo de doença. Na edição 27, de 14 de junho de 1920, O *Emancipador* anuncia a formação de uma cooperativa popular, que considera “uma boa notícia”. Dois meses depois, na edição 34, de 2 de agosto, antecipa a greve dos elétricos (bondes), instalados recentemente na cidade. O jornal dedica amplos espaços ao movimento paredista, publicando inclusive documentos alusivos à greve. A reação do Governo Geral da província não poderia ser pior: 27 trabalhadores são deportados, na calada da noite, inclusive o ex-diretor do jornal, doente, António Fortunato Rêgo (edição 40, de 13 de setembro de 1920).

A reação do jornal é imediata: convoca a todos para que votem nas próximas eleições legislativas em Fortunato Rêgo. A legislação não o proíbia, e isso permitiria seu rápido retorno.

Mas as coisas não andavam bem: um desastre de trem, cuja responsabilidade foi atribuída aos grevistas, força os trabalhadores a retornarem ao trabalho (edição 41, de 20 de setembro). Fortunato Rêgo não alcança sua eleição na primeira rodada de votação e a segunda não chega a ser realizada, o que leva o jornal a entrar com uma representação contra as autoridades por ilegalidade (edição 42, 27 de setembro).

O jornal acompanha de perto a sorte dos exilados: na edição 45 (18 de outubro) publica carta de Manuel Alves Cardiga, que relata sua deportação e a de Fortunato Rêgo; na edição 46 (25 de outubro) divulga artigo de Fortunato Rêgo, intitulado “Do desterro”; o Centro Socialista Revolucionário resolve telegrafar a Lisboa em favor dos desterrados, segundo a edição 49 (15 de novembro), mas o governador proíbe a remessa do telegrama (edição 50, de 22 de novembro). O jornal reage com dolorida manchete: “Humanidade, senhores!”, na edição 51 (29 de novembro), contrastando o comportamento do governador local com o do Quelimane, para onde haviam levados alguns dos deportados, e que os recebera condignamente.

Na edição 54 (20 de dezembro), o jornal documenta a entrega de uma representação ao governador geral e traz a informação sobre a primeira morte: na Fortaleza de São Sebastião, o ferroviário Joaquim de Campos não resistiu. A edição natalina (27 de dezembro) trazia expectativas de que o período levasse o governador a dar algum presente aos deportados e a seus familiares. Mas foi o silêncio que envolveu a todos, quebrado apenas pela carta de Manuel Alves Cardiga dirigida ao governador Moreira da Fonseca.

Como se não bastasse a situação adversa, *O Emancipador* sofre o primeiro processo, divulgado na edição 55, daquela mesma data: o jornal acusara um trabalhador de dedo-duro durante a greve e agora era processado por ele.

O jornal mostra-se cético sobre a sorte dos degredados, segundo escreve na edição 57 (17 de janeiro de 1921). Um certo praça Magalhães é o segundo a falecer, na mesma fortaleza (edição 59, de 31 de janeiro), mas o jornal não desiste. Vencida a representação contra o governo a favor do segundo turno das eleições, volta-se a lançar António Fortunato

Rêgo como candidato (edição 61, 14 de fevereiro) e insta-se a que todos os sindicatos o apoiem, mas enfrentam-se dificuldades justamente com a categoria dos ferroviários, o que leva o jornal a considerá-los “traidores dos trabalhadores” (edição 63, 28 de fevereiro). O apelo à unidade eleitoral se sucede na edição 64 (7 de março), e as boas novas surgem então: nessa mesma edição, noticia-se que Manuel Alves Cardiga, depois de seis meses de deportação, regressara à cidade. E na edição seguinte, de 14 de março, sabe-se que Fortunato Rêgo foi eleito. O jornal lamenta, contudo, que o resultado eleitoral tenha sido tão equilibrado entre os candidatos que representavam os trabalhadores e os que estavam ligados a seus opressores: afinal, quem constituía a maioria na cidade?

Marcado o julgamento do jornal pela acusação de dedo-duro que fizera (edição 67, 28 de março), logo se saberia que, com base na Lei João Belo, o jornal seria condenado (edição 68, 4 de abril), apelando de imediato.

Uma estratégia constante da publicação é o registro memorialístico dos acontecimentos. Assim, na edição 72, alusiva à passagem do Primeiro de maio, publicam-se as fotos do praça Magalhães e de Joaquim Campos, enquanto o jornal anuncia, apóia e promove um espetáculo comemorativo à data, cuja renda seria revertida em favor dos exilados.

Fortunato Rêgo, eleito, retorna da deportação. Mas como sua esposa estava doente, tratando-se em Lisboa, e ele sem renda suficiente para viajar e sem emprego em Lourenço Marques, vê-se obrigado a ficar confinado em sua propriedade agrícola (edição 74, de 16 de maio).

A campanha em favor dos deportados continua, pois dois deles ainda precisavam ser resgatados, assim, *O Emancipador* não se cansa: volta a protestar contra o governador (edição 76, de 30 de maio).

Essa preocupação não exime o jornal de outras iniciativas: na edição 79, de 20 de junho de 1921, *O Emancipador* festeja a fundação do Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras (uma espécie de central sindical), publicando seus estatutos e ampla reportagem sobre a assembléia dos trabalhadores que votaram pela criação da entidade.

Outra campanha é imediatamente lançada, como se lê na edição 80, de 18 de julho. O jornal agora é administrado por Faustino da Silva,

depois de uma interrupção (sem troca de nome nem quebra de numeração) de um mês. Agora, pretende-se lançar a Casa dos Trabalhadores, cuja “idéia terá excelente repercussão”, conforme o semanário.

Daqui para a frente, o jornal vai acompanhar cada novidade em torno da construção. Na edição 81, de 25 de julho, é a vez de uma cooperativa habitacional, o que o jornal também encampa: tanto isso é verdade que, na edição 87, de 5 de setembro, promove, no Teatro Gil Vicente, a realização do espetáculo “O fado”, em prol das obras da Casa dos Trabalhadores. Os estatutos da Casa são publicados na edição 90 (26 de setembro) e, na edição 97 (14 de novembro), o fato de o Sindicato Geral pretender aderir à Central Geral de Trabalhadores (CGT), de Lisboa, de caráter comunista, é comemorado, confirmando-se a adesão na edição 98 (21 de novembro).

O ano de 1922 é marcado pela derrota eleitoral dos socialistas, tanto em Lisboa quanto em Lourenço Marques. Mas as obras da Casa dos Trabalhadores não param, e novo espetáculo no Teatro Gil Vicente, agora com o ator Ferreira de Almeida, é anunciado na edição 115, de 24 de abril. Uma boa nova surge na edição 119, de 22 de maio: os dois últimos trabalhadores que permaneciam no degredo são readmitidos em seus empregos, por decisão do Alto Comissário das Colônias. Assim, encerava-se aquele episódio que custara a vida de duas lideranças sindicais e projetara *O Emancipador* na vanguarda da organização dos trabalhadores moçambicanos.

Outra questão momentosa logo surgiria, contudo. Na edição 148, de 10 de dezembro daquele ano de 1922, noticiava-se que três lideranças sindicais da África do Sul haviam sido condenadas à morte por terem liderado uma greve: os sindicalistas Lewi, Shell e Lory seriam executados imediatamente. No entanto, no dia 31 de dezembro, a edição 151 comemorava: a pena fora comutada. Assim mesmo, na edição 158 (18 de fevereiro), artigo do velho Fortunato Rêgo protestava contra as execuções.¹¹

11 Explica-se o descompasso temporal pela dificuldade das comunicações. É provável que Fortunato Rego estivesse, por força de sua função e, cumulativamente, para visitar a esposa, em Lisboa, justificando-se assim o atraso do artigo.

O ano de 1923 entrava com alegria: na edição 152 (7 de janeiro), festejava-se que os alicerces da Casa dos Trabalhadores estavam concluídos. E no dia 6 de maio, a edição 169 documentava que, no dia 1º de maio, as obras da casa, propriamente dita, haviam sido iniciadas. Aumentado o ritmo de trabalho, Fausto Silva é substituído no jornal como seu administrador por R. Dias, já que Silva respondia não apenas pelas obras da Casa dos Trabalhadores como pelo Sindicato Geral (edição 176, de 24 de junho). A obra avança: no dia 22 de julho (edição 180), noticia-se o início da colocação de portas e janelas.

Uma nova greve dos trabalhadores dos elétricos é anunciada na edição 186 (3 de setembro de 1923), mas a ação de alguns fura-greves logo derrota o movimento.

Enquanto isso, *O Emancipador* instalou-se na Casa dos Trabalhadores, diminuindo suas despesas.

As coisas se equilibram. O jornal mantém sua pontualidade semanal. Vai enfrentando processos no Judiciário, mas sobrevive. E continua campanhas e denúncias, como a da edição 246 (3 de novembro de 1924) em que, sob o título “Prepotência”, insurge-se contra o fato de as autoridades elevarem seus próprios salários, em detrimento dos interesses da população que, ao contrário, enfrenta forte inflação.

Depois de resolvida a substituição do editor Raul Neves Dias, logo no início de 1925, o jornal lança outra campanha, como se depreende da leitura da edição 260 (6 de abril): é a escola noturna da Casa dos Trabalhadores. Como alguns alunos não tinham dinheiro para pagar o curso, o jornal busca um professor de língua portuguesa a ser pago pelo Estado.

Embora enfrente problemas desde 26 de junho de 1926, quando fica suspenso e passa a publicar uma série de edições sob títulos que são variantes do título principal, *O Emancipador* acompanha, a partir da edição de 30 de agosto, sob o título de “O emancipador dos artistas”, o caso Sacco e Vanzetti, nos Estados Unidos. Documenta a entrega de um protesto dos trabalhadores do porto e das estradas de ferro ao cônsul norte-americano contra as anunciadas execuções. Lamenta o fato de os dois líderes sindicais serem eletrocutados (conforme edição 354, de 29 de

agosto de 1927), e publica artigos de fundo contra o acontecimento na edição 355 (5 de setembro), sob o título “Matai! Matai! Tudo terminou”.

De outro modo, no acompanhamento do que ocorre no mundo, o jornal discute, na edição 468, de 4 de novembro de 1929, a pretendida institucionalização da semana de cinco dias nos Estados Unidos.

Já sob a égide do Estado Novo de Antônio de Oliveira Salazar, *O Emancipador* de 14 de abril de 1930, na edição 491, reitera que é um jornal “re-tintamente operário” segundo a decisão de seus acionistas (trabalhadores), e para reagir, na prática, ao constante aumento do pão e à crescente piora de sua qualidade, na edição 746, de 4 de março de 1935, lança a idéia da cooperativa de panificação. O projeto ganha corpo com a aprovação dos estatutos da nova entidade, segundo a edição 773 (de 9 de setembro). A edição 779, por sua vez, em 21 de outubro, registra que nem bem oficializada, a cooperativa já produz efeitos, pois os panificadores decidem baixar os preços do produto. O alerta do jornal, entretanto, é no sentido de que tal medida visa apenas inviabilizar a cooperativa e insiste com sua idéia, por exemplo, na edição 805, de 13 de abril de 1936, à medida que a venda de pão já se iniciou, e logo a disputa com os panificadores se acirra: na edição 829, de 28 de setembro de 1936, o jornal volta a alertar que a nova baixa do preço do pão é uma decisão desesperada dos panificadores para quebrar a cooperativa, mas que os consumidores não podem se deixar enganar.

A campanha deve ter dado resultados. Na edição 845, de 18 de janeiro de 1937, é noticiado que a panificadora acaba de comprar mais um veículo para a entrega em domicílio.

Nesse mesmo ano, no dia 19 de julho, o jornal deixaria de circular. Mas nesses seus últimos anos de vida, denunciou e insistiu no caso da morte do preso político Armando Costa, encontrado “suicidado” em sua cela, com as mãos amarradas (edição 543, de 13 de abril de 1931), o que lhe valeu novo processo (segundo a edição 546, de 4 de maio).

Cultivando a memória dos *degradados sociais*, como são chamados os líderes sindicais presos, a edição 565, de 14 de setembro de 1931, realiza um excelente jornalismo, quando um dos repórteres de *O Emancipador* visita as prisões e entrevista os presos, denunciando as condições subumanas de sobrevivência em que se encontram.

Mas não é apenas desse tipo mais duro de notícia que o jornal vive. O *Emancipador* continua a fazer campanha em favor dos novos deportados (edições 653, de 22 de maio de 1933; 675, de 23 de outubro; 676, de 30 de outubro; 678, de 13 de novembro; 701, de 23 de abril de 1934); logo se coloca na oposição ao regime político adotado após o golpe de Estado: na edição 609, de 18 de julho de 1932, publica um artigo sobre o novo projeto de constituição política da ditadura, ironizando, na edição 645, de 27 de março de 1933, o fato de que haverá um plebiscito sobre uma constituição que ninguém conhece porque não pode ler.

Talvez por isso mesmo, faz sucesso: segundo a edição 591, de 14 de março de 1932, já havia alcançado 1.300 assinantes, “é o maior de Lourenço Marques”, mas quer chegar a 2 mil assinaturas. Na edição 612, de 8 de agosto do mesmo ano, faz um apelo a seus leitores: a edição anterior do jornal esgotou e a redação ficou sem qualquer exemplar para sua coleção. Pede, assim, a seus assinantes que, depois de lido o exemplar, algum deles seja doado à redação.

O jornal prossegue em suas campanhas. Na edição 718, de 20 de agosto de 1934, discute e apóia o projeto de lei enviado pelo governo provincial que pretende criar uma escola técnica; na edição 721, de 10 de setembro do mesmo ano, defende a necessidade de ocupar o porão da Casa dos Trabalhadores; não contente, chega ao campo cultural, lançando, na edição 763, de 1 de julho de 1935, a chamada “Seção dos novos”, que pretende revelar para a literatura jovens escritores de Moçambique.

A seção dá tão certo que, na edição 76, de 30 de setembro de 1935, anuncia-se a criação do Centro Cultural dos Novos, que passa a editar a página a eles dedicada no jornal. A seguir, na edição 785, de 2 de dezembro do mesmo ano, o jornal explica que, tendo nascido em suas páginas e ali se projetado, sediando-se posteriormente na Casa dos Trabalhadores, o Centro Cultural dos Novos havia se tornado independente, por isso o jornal abriria espaço para uma nova página de literatura e cultura em geral.

O ensino técnico volta ao debate, segundo a edição 785, de 2 de dezembro de 1935, e o jornal lança imediatamente outro projeto: a Biblio-

teca dos Trabalhadores, sediada na própria Casa dos Trabalhadores. A partir da edição 796, de 10 de fevereiro de 1936, e sucessivamente nas edições de 2 de março (799); 16 de março (801); 6 de abril (804); 20 de abril (806) e 27 de abril (807), publica a extensa lista de livros já disponíveis. A campanha é desdobrada em artigos que abordam a necessidade de se criar uma biblioteca pública na cidade de Lourenço Marques (edição 829, de 28 de setembro de 1936; edição 832, de 26 de outubro de 1936) etc.

Explode a guerra civil na Espanha, fato que o jornal lamenta (edição 837, de 23 de novembro de 1936), ressaltando-se que já havia alertado para o perigo de outra guerra mundial (edição 807, de 27 de abril do mesmo ano).

Por isso mesmo, passa a discutir a responsabilidade ética e moral do jornalista, abordando o caso Charles Mauras, condenado na França “por incitar a morte de homens públicos”, segundo a edição 840 (de 14 de dezembro de 1936).

Antes de fechar suas portas, o jornal iniciaria uma nova cruzada: “O cinema e a juventude” era o título do artigo da edição 859, de 16 de abril de 1937, em que discutia a propriedade de certos filmes serem vistos pela juventude, reiterando sua preocupação na edição 871, de 12 de julho de 1937, a propósito do filme *Três pequenos gangsters*.

O jornal, que era vinculado ao Centro Socialista Revolucionário, de cuja direção seus responsáveis faziam parte, afastou-se dessa instituição diante das constantes derrotas eleitorais enfrentadas, com exceção da eleição de António Fortunato Rêgo, como deputado provincial. A própria história de *O Emancipador*, no entanto, é exemplo de militância: a absoluta transparência em relação a seus números (publicação de balancetes, reuniões permanentes de acionistas – edição 215, de 31 de março de 1924, ou 474, de 16 de dezembro de 1929); as campanhas constantes para modernização (aquisição de novas famílias de tipos, compra de nova impressora – edições 275, de 27 de julho de 1925, e 517, de 28 de julho de 1930); e o enfrentamento de constantes crises financeiras (edição 176, de 24 de junho de 1923). Sem se falar nas campanhas de interesse público que encetou, como a escola noturna de alfabetização (edição 260, de 6 de abril de

1925), a escola técnica, a construção da Casa dos Trabalhadores, a inspiração a diferentes cooperativas de habitação, panificação e de serviços.

O *Emancipador* manteve combate constante ao capitalismo, à exploração dos trabalhadores; apoio permanente aos movimentos sindicalistas, que liderou; ações concretas de constituição do campo do operariado, na promoção de espetáculos teatrais e musicais, cuja renda era revertida a tais movimentos ou instituições. Enfim, no combate sem tréguas e resistência à censura, além de um contínuo debate a respeito da liberdade de imprensa e a responsabilidade social do jornalismo, tema que merece registro à parte.

O *Emancipador* e sua contribuição à cidadania

Hoje denominado *civic journalism*, segundo Luiz Martins (2006: 6), esse tipo de jornalismo participativo e ideologizado é justamente aquele que já se praticou em um jornal como *O Emancipador*:

O que tem caracterizado, no entanto, o jornalismo cívico é a intenção de não apenas se servir dos fatos sociais no que eles apresentam de dramático, mas agregar aos valores/notícia (*news value*) tradicionais elementos de análise e de orientação do público quanto a soluções dos problemas, organizações neles especializadas e indicações de serviços à disposição da comunidade (idem: 8).

Luiz Martins apresenta, em seu estudo, uma tipologia desse jornalismo, por ele apresentado como *patrocínio, campanhas, institucional e promocional*. Verifica-se claramente que o jornal patrocina determinadas ações no entorno em que circula, do mesmo modo que se integra como parte ativa nas ações de agregação comunitária, como a construção da Casa dos Trabalhadores ou a constituição do Sindicato Geral dos Trabalhadores, por meio de campanhas que lidera ou incorpora. Ao constituir e divulgar uma biblioteca dos trabalhadores, *O emancipador* promove e valoriza iniciativas semelhantes (tanto que logo depois insiste na necessidade de constituição de uma biblioteca pública) (idem: 14-16).

Guiam o jornalismo cívico, no dizer do pesquisador, três princípios: o público tem o direito de saber; o público precisa saber; o público quer saber.

É nesse sentido que *O Emancipador* ocupa lugar especial na história do jornalismo moçambicano, do jornalismo colonial de expressão portuguesa e, por conseqüência, do jornalismo luso-brasileiro. *O Emancipador* foi, *avant la lettre*, exemplar na sua militância e certamente influenciou fortemente a constituição da cidadania moçambicana, à medida que atendeu ao que preconiza Cicília Peruzzo (2004:289 e ss.): estabelecer a representação (o jornal identificava-se como socialista e operário); favorecer a identidade (o jornal definia com clareza a posição defendida e clamava pela ação coletiva); abrir e manter canais (o jornal liderava campanhas, participava de ações políticas e promovia inclusive comícios e abaixo-assinados); o jornal democratizava a equipe (através de seus acionistas, já que possuía capital aberto e sempre integralizável para poder modernizar-se); o jornal respeitava o pluralismo e compartilhava sempre.

Referências bibliográficas

- CONFERÊNCIAS Proferidas no Salão Nobre dos Organismos Econômicos, em 13 de maio de 1954. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1954.
- COSTA, M. P. & PINHEIRO, S. M. *África negra: contribuição para o conhecimento histórico-geográfico*. Lisboa: edição das autoras, s/d.
- COUTINHO, I. & SILVEIRA JR., P. M. (orgs.). *Comunicação: tecnologia e identidade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- DIAS, R. N. *A imprensa periódica em Moçambique – 1854-1954: subsídios para a sua história*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1957.
- ESTEVES, J. P. *Espaço público e democracia*. São Leopoldo: EDUNISINOS, 2003.
- FAITE, O. M. “Moçambique: as metamorfoses da cidadania ou em busca de uma cidadania?”. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/dezoito/olivia_faite_18.htm>; <http://groups.msn.com/xiconhoca/general.msnw?action-get_message&mview0&ID_message=14273&LastModified=4675657315198503179>. Acesso em: 12/9/2008.

- FIGUEIREDO, A. S. *Colônia de Moçambique: a vida social*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1934.
- GONÇALVES, J. J. *A informação em Moçambique (Contribuição para o seu estudo)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1965.
- LAHNI, C. R. & MUSSE, C. F. “Identidade e cidadania em uma rádio comunitária autêntica”, in COUTINHO, I. & SILVEIRA JR., P. M. (orgs.). *Comunicação: tecnologia e identidade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- MANZINI-COVRE, M. L. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.
- MARTINS, L. *Jornalismo público*. Brasília: Casa das Musas, 2006.
- PERUZZO, C. M. K. *Comunicação nos movimentos populares*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. & ALMEIDA, F. F. (orgs.). *Comunicação para a cidadania*. São Paulo; Salvador: Intercom; Universidade do Estado da Bahia, 2003.
- ROCHA, I. *Contribuição para a história da imprensa em Moçambique*. Lourenço Marques: Codam, 1974.
- _____. *A imprensa em Moçambique*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.
- _____. “Da introdução da tipografia à passagem de Lourenço Marques a cidade”. Disponível em: <<http://www.macua.org/livros/DAINTRODUCAODATIPOGRAFIA.htm>>. Acesso em: 13/9/2008.
- ROSÁRIO, L. *Singularidades: estudos africanos*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1996.